

CAIO PAIVA

JURISPRUDÊNCIA PENAL

DA CORTE INTERAMERICANA
DE DIREITOS HUMANOS

- Organização da jurisprudência da Corte IDH a partir dos artigos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos
- Comentários do autor para facilitar a compreensão do assunto

2026


EDITORA
CEI

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO AO SISTEMA INTERAMERICANO

1.1. Um sistema internacional de proteção	15
1.2. Histórico da criação.....	16
1.3. Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	18
1.4. Corte Interamericana de Direitos Humanos	21
1.5. Medidas de urgência.....	27
1.6. Processo de apuração da responsabilidade internacional do Estado.....	30

2 – INTRODUÇÃO À JURISPRUDÊNCIA PENAL DA CORTE IDH

3 – OBRIGAÇÃO DE RESPEITAR OS DIREITOS

3.1. Obrigações gerais do Estado.....	41
3.2. Obrigação de investigar, processar e punir	42
3.2.1. Obrigações processuais positivas na execução da pena	51
3.3. Participação da vítima na investigação	52

4 – DEVER DE ADOTAR AS DISPOSIÇÕES DE DIREITO INTERNO

4.1. Controle de convencionalidade	55
4.2. Dever de adotar as disposições de direito interno	58

5 – DIREITO À VIDA

5.2. Criminalização do aborto.....	65
5.3. Aborto e sigilo médico	70

6 – DIREITO À INTEGRIDADE PESSOAL

6.1. Integridade pessoal das pessoas privadas de liberdade.....	73
6.1.1. Uso da força pelo Estado para controlar motins ou rebeliões	81
6.1.2. Greve de fome e alimentação forçada.....	83
6.2. Direitos humanos das mulheres privadas de liberdade	84
6.3. Direitos humanos da população LGBTQIA+ privada de liberdade.....	88

6.4. Direitos humanos das pessoas pertencentes a povos indígenas privadas de liberdade.....	92
6.5. Direitos humanos das pessoas idosas privadas de liberdade	95
6.6. Condições carcerárias	99
6.6.1. A superpopulação carcerária e a compensação da pena ilícita.....	101
6.7. Direito à saúde das pessoas privadas de liberdade.....	109
6.8. Direito de se manifestar no próprio idioma.....	113
6.9. Estabelecimento de detenção de estrangeiros em situação ilegal.....	113
6.10. Incomunicabilidade e medidas de isolamento	114
6.11. Proibição de revistas humilhantes ou vexatórias em visitantes.....	118
6.12. Consentimento nos crimes contra a dignidade sexual	121
6.13. Revisão de penas do Direito Penal interno	122

7 – PROIBIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

7.1. Imprescritibilidade	125
--------------------------------	-----

8 – DIREITO À LIBERDADE PESSOAL

8.1. Busca pessoal	129
8.2. Prisão preventiva.....	133
8.3. Audiência de custódia	138
8.4. Prisão temporária.....	139

9 – GARANTIAS JUDICIAIS

9.1. Acesso aos autos da investigação preliminar pelo acusado	142
9.2. Devido processo penal convencional.....	142
9.3. Direito de ser ouvido	143
9.4. Prazo razoável.....	143
9.4.1. Termo inicial.....	143
9.4.2. Termo final.....	144
9.4.3. Elementos para determinar a razoabilidade do prazo	144
9.4.3.1. Complexidade do assunto.....	145
9.4.3.2. Atividade processual do interessado.....	145
9.4.3.3. Conduta das autoridades judiciais.....	146
9.4.3.4. Afetação do procedimento sobre a situação jurídica do indivíduo.....	146

9.5. Juízo competente, independente e imparcial.....	146
9.5.1. Justiça militar	147
9.5.2. Imparcialidade	150
9.5.3. Juízes sem rosto.....	151
9.5.4. Juiz de garantias.....	151
9.6. Julgamento por jurados.....	152
9.7. Juiz natural.....	155
9.8. Foro por prerrogativa de função.....	156
9.9. Presunção de inocência.....	157
9.10. Assistência de tradutor ou intérprete.....	162
9.11. Comunicação prévia e pormenorizada da acusação	162
9.12. Tempo e meios adequados para a preparação da defesa	163
9.13. Direito de defesa.....	163
9.14. Direito de inquirir as testemunhas presentes	168
9.15. Direito à não autoincriminação.....	170
9.16. Direito ao recurso	170
9.17. Validade da confissão	176
9.18. Proibição de bis in idem.....	177
9.19. Publicidade do processo.....	183
9.20. Garantias do devido processo aplicáveis nos procedimentos disciplinares em âmbito penitenciário	184
9.21. Correlação entre acusação e sentença.....	185

10 – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA RETROATIVIDADE

10.1. Princípio da legalidade.....	187
10.2. Princípio da irretroatividade.....	190

11 – PROTEÇÃO DA HONRA E DIGNIDADE

11.1. Ingresso domiciliar pela polícia.....	193
11.2. Intercepção telefônica	197
11.3. Proteção de dados pessoais.....	198

12 – LIBERDADE DE PENSAMENTO E DE EXPRESSÃO

12.1. Criminalização do desacato	201
--	-----

13 – DIREITOS DA CRIANÇA

13.1. Direitos humanos das crianças privadas de liberdade	207
---	-----

14 – DIREITO À PROPRIEDADE PRIVADA

14.1. Medidas cautelares reais	211
14.2. Fiança	212

15 – DIREITO DE CIRCULAÇÃO E RESIDÊNCIA

15.1. Assistência consular	213
----------------------------------	-----

16 – DIREITOS POLÍTICOS

16.1. Direito ao voto das pessoas privadas de liberdade.....	217
16.2. Restrição a direitos políticos decidida em processo de natureza não penal ...	218

17 – SUSPENSÃO DE GARANTIAS

17.1. Suspensão do habeas corpus	221
--	-----

EPÍLOGO

A Corte Interamericana de Direitos Humanos como um Tribunal Penal.....	223
--	-----